

**43º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**

21 a 25 de outubro de 2019/Caxambu-MG

**SPG23:** Processos de ocupação territorial e concentração fundiária no Brasil: formas de controle da posse e do uso da terra, conflitos e (re)produção de relações sociais nos espaços rurais

**Artigo:** FORMAS DE MOBILIZAÇÃO NO CAMPO MARANHENSE: da luta pela terra ao desafio de inserção mercantil

**Autor:** Jonatha Farias Carneiro (UFMA)

## INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é analisar os contornos que as mobilizações camponesas<sup>1</sup> assumem no campo maranhense nos últimos anos. Pretende-se analisar os caminhos percorridos pelo movimento de trabalhadores rurais, os processos de ocupação de terras, a intensificação dos conflitos e a ampliação das mobilizações no campo. A análise centra-se no pressuposto de que as mobilizações sociais no campo estão submetidas ou enquadradas às transformações mais gerais do cenário político e social de uma sociedade (TARROW, 2007) como demonstrado em experiências de camponeses franceses (LYNCH, 2013).

Existem precisamente alguns elementos fundamentais que explicam a origem do meu interesse pelo tema proposto e pelo processo de delimitação deste objeto de estudo. Debruçando-me sobre a bibliografia sobre ações coletivas de trabalhadores no campo maranhense, observei que estas estiveram/estão submetidas a uma estrutura flutuante que pode, dependendo das condições ou estruturas de oportunidades políticas (TARROW, 2009), favorecer ou restringir as mobilizações dos trabalhadores rurais que, como pontua Carneiro (2013), apresentam variações de acordo com o período histórico e as condições políticas.

O artigo é resultado da coleta de informações de diferentes fontes e métodos de análise. O estudo sobre as mobilizações observadas no período de 1950 a 1985 decorre das descrições disponíveis em diferentes trabalhos (livros, artigos) de autores preocupados com a questão da organização política camponesa maranhense (CONCEIÇÃO, 1980; ALMEIDA, 2015) e brasileira (GRZYBOWSKI, 1987; MEDEIROS, 1989). A partir de tais análises percebeu-se que as transformações por que passa as mobilizações de trabalhadores rurais no estado estão imbricadas às condições políticas e sociais mais gerais que dão sustentação a ações mais ofensivas ou defensivas. As análises referentes à luta pela sobrevivência nos mercados alimentares e a manutenção as condições camponesas de produção são resultado do esforço de pesquisadores sobre a

---

<sup>1</sup> Utilizo aqui em diversos momentos as categorias, camponês, lavrador, trabalhador rural, agricultor ou produtor familiar para designar grupos de trabalhadores que se reproduzem a partir da exploração e trabalho agrícola.

inserção do campesinato na cadeia de produção de leite da microrregião de Imperatriz/MA. (CARNEIRO, 2016; LIMA NETO, 2017; CARNEIRO, 2015).

Pretende-se analisar o desenvolvimento dos movimentos sociais no campo maranhense, os conflitos com os grandes proprietários decorrentes da estrutura fundiária local, as diversas formas de organização na luta pela terra e suas transformações ao longo do tempo tendo como referência as condições políticas a nível nacional, que podem se apresentar como um trampolim para o encorajamento em certas conjunturas políticas (momento em que a criação de agremiações coletivas que buscam lutar pelos interesses dos trabalhadores rurais apresenta largo crescimento) e/ou como um obstáculo, desencorajando a luta e o enfrentamento político aberto.

Nos períodos relativos aos anos 1950 e início de 1960 os conflitos no campo maranhense são essencialmente de posseiros que se percebem ameaçados pela expansão da grande propriedade, da grilagem, da imposição de comercialização exclusiva e da destruição das benfeitorias pelo *gado solto*. A violência é a característica dominante da luta, resultando em enfrentamentos armados de jagunços e policiais contra camponeses em áreas de conflito. A resistência pode ser localizada, particular ou fragmentada quando não há uma agremiação organizativa que represente os interesses dos trabalhadores e encoraje o enfrentamento e a luta pelos direitos. Por isso o esforço dos agentes dominantes em descentralizar a resistência camponesa. Destaca-se aqui as tentativas de emboscada, visando o espancamento e assassinato de lideranças dos movimentos, dirigentes sindicais ou agentes pastorais que apoiam os posseiros.

Após o golpe militar de 1964 muitas organizações sindicais sofrem uma tentativa de desmobilização a partir das intervenções em suas diretorias, que limitam os sindicatos a um papel assistencialista no campo. Nesse contexto todas as tentativas de promover uma luta pela terra ou pelos direitos dos trabalhadores foram reprimidas de forma violenta. Nesse período a violência no campo é institucionalizada. Os conflitos não são somente com proprietários e grileiros, mas se incorporam nas estruturas do estado nacional, o que dificulta em demasia os movimentos de trabalhadores rurais no campo que passa a incorporar uma característica mais defensiva, evitando qualquer tipo de

enfrentamento aberto e se apresentando de forma mais prudente e cuidadosa. Destaca-se nesse período a mobilização de uma estratégia educacional aliado a um forte trabalho de conscientização de direitos.

Em meados dos anos 1970 se assiste no Brasil uma tentativa de modernizar a produção no campo através do incentivo a grande propriedade e a racionalização das relações de trabalho no meio rural. No entanto, as consequências dessa política foram devastadoras para os trabalhadores rurais, pois favoreceu a expulsão de muitos posseiros que há anos estavam instalados nas áreas rurais de todo o país e promoveu um acentuado processo de concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. Esse período é marcado pelos trabalhos realizados pela Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra-CPT, da FASE e da CONTAG no incentivo a criação e reestruturação de sindicatos e na denúncia da violência e exploração do trabalho no campo brasileiro.

Após a redemocratização do país e o lançamento do Plano de Reforma Agrária em 1985 os movimentos sociais no campo ganham um novo fôlego, as ocupações se intensificam e muitos sindicatos são criados em todo país. No estado do Maranhão destaca-se o significativo número de assentamentos de reforma agrária nesse período, o que viabiliza a estruturação de uma mobilização em torno da valorização da agricultura familiar e sua integração econômica nos mercados agroalimentares. Destaca-se nesse cenário a mobilização em torno da necessidade de se reconhecer a produção agrícola camponesa como um importante agente na garantia da segurança alimentar, valorizando a qualidade dos alimentos produzidos no campo, dos mercados locais e a confiança nas trocas e redes de comercialização direta.

O argumento está organizado em quatro seções. Na primeira descrevemos o processo de desenvolvimento das primeiras associações de trabalhadores rurais no Maranhão que teve início na metade dos anos 1950 na região leste do Estado. A segunda seção analisa a formação de uma estrutura sindical quando o movimento de ocupação e os conflitos fundiários estavam se

expandindo para a região central maranhense nos anos 1960<sup>2</sup>. A terceira seção descreve as transformações impulsionadas pelo lançamento do Programa Nacional de Reforma Agrária em 1985 que promoveu a desapropriação de diversas áreas no estado e a criação de um significativo número de assentamentos de reforma agrária na região. A quarta e última seção do artigo faz uma discussão sobre as novas formas de mobilização de trabalhadores que lutam pela sua inserção e permanência nas cadeias de produção de alimentos e a manutenção de suas formas tradicionais de organização social e econômica.

Há visíveis deficiências nesta análise e a ordem de apresentação está demasiadamente marcada por uma apresentação cronológica. Com isso evito perder a sequência dos fatos e transformações político/sociais que influenciaram na luta camponesa no estado do Maranhão. Não pretendo esgotar as possibilidades de análise das formas de mobilização protagonizadas pelos trabalhadores rurais no Estado, porém, é também notório que no processo de delimitação do objeto analisado neste artigo corro o risco de silenciar (BURAWOY, 2014) muitos aspectos dos movimentos dos trabalhadores rurais maranhenses.

### **1. Mobilização camponesa nos anos 1950: luta pela ampliação de direitos e reforma agrária**

As mobilizações coletivas camponesas no estado do Maranhão tiveram acentuado desenvolvimento nos anos 1950 (ALMEIDA, 2015) momento em que várias associações de trabalhadores rurais foram criadas e a luta contra grandes proprietários ganha um salto qualitativo, pois deixa de ser localizada e começa a ganhar contornos mais gerais, a nível estadual e federal. No entanto, acreditamos que para compreender as formas de ação coletiva destes camponeses é necessário levar em consideração as transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil e suas repercussões nas mobilizações de trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989). As formas de ação coletiva do campesinato maranhense não estão descoladas das transformações mais

---

<sup>2</sup> Durante o período analisado até aqui a mobilização camponesa era fundamentalmente de posseiros que lutavam contra o pagamento da renda da terra, a exclusividade de comercialização imposta pelos proprietários de terra e a denúncia contra a soltura de gado nas áreas de lavoura.

gerais e do desenvolvimento da luta camponesa por reforma agrária e pela consolidação dos direitos de trabalhadores no campo brasileiro.

O Brasil dos anos 1950 passou por transformações políticas que foram fundamentais para estruturação de um quadro de mobilização camponesa que questionasse a estrutura agrária e as relações patronais no campo reivindicando direitos e exigindo uma emergente e radical reforma agrária. Na cidade, a crescente industrialização e urbanização do país favoreceram a formação de uma classe trabalhadora urbana e da burguesia industrial intensificando as lutas de classes e as discussões em torno do papel do estado brasileiro como instrumento regulador desses conflitos. A classe trabalhadora ganhara deste então muito espaço no cenário político com a criação, em 1941 da justiça do trabalho e aprovação do projeto de Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, dois anos depois, em 1943. No campo, no entanto, a elite rural continuava mantendo privilégios e explorando a força de trabalho dos camponeses, sejam eles posseiros, foreiros ou arrendatários, pois a legislação prevista não se estendia aos trabalhadores rurais. Nesse cenário, os trabalhadores rurais aparecem como atores políticos reivindicando direitos e questionando a estrutura agrária tradicional.

Embora seja possível observar no fim da década de 1940 algumas tentativas de greve de trabalhadores rurais cobrando, dentre outras coisas, a extensão dos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT: salário mínimo e férias, e denunciando despejos e aumento da renda da terra, estas eram lutas isoladas, mas que sinalizavam a insatisfação dos camponeses e a emergência de um movimento dos trabalhadores rurais que fosse mais centralizado e com capacidade de expansão a nível nacional. Somente em 1953, foi organizado pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB<sup>3</sup> a I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, reunindo camponeses dos estados do Centro-Sul em São Paulo, e simultaneamente das regiões Norte e Nordeste em Recife. No ano seguinte, em 1954, foi realizado também em São Paulo um novo

---

<sup>3</sup> Criado em 1922, o PCB se aproxima das lutas dos trabalhadores rurais no Brasil somente em 1943, após um processo de reestruturação interna. De acordo com o partido o Brasil era um país marcado por resíduos feudais, expressado pela presença marcante do latifúndio no campo. Esta estrutura agrária era entendida como um entrave para a emancipação social dos trabalhadores. Nesse sentido a extinção do latifúndio era etapa necessária para o desenvolvimento do capitalismo e abertura do mercado industrial.

encontro: a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas que teve como objetivo principal acabar com o localismo e isolamento das mobilizações no campo brasileiro aglutinando as diversas organizações de movimentos sociais rurais que denunciavam os abusos dos grandes proprietários de terra e reivindicavam uma urgente reforma agrária existentes.

Como resultado deste evento foram criadas diversas comissões regionais para divulgar e ampliar o debate em torno dos interesses dos trabalhadores rurais. A partir de então as mobilizações camponesas ganham um novo fôlego, as ocupações de terras e conflitos se intensificam em todo território nacional, muitos camponeses resistem em deixar as terras em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos. Essas mobilizações ocorreram em diferentes pontos do país: Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e Maranhão. Regiões que não possuíam uma tradição de luta de trabalhadores rurais passaram organizar associações representativas dos interesses dos camponeses e em algumas regiões onde já havia conflitos agrários, suas lutas conseguiam romper com o isolamento e ganharam repercussão nacional.

## **1.2 Mobilização camponesa no leste maranhense em meados dos anos 50: emergência das associações na luta pela terra**

No estado do Maranhão foi criado, no final de 1954, a Comissão Estadual de Reforma Agrária que percorreu o interior do Estado para difundir ideias pró - reforma agrária e estimular intensas discussões entre os trabalhadores rurais sobre seus problemas locais e regionais. Os trabalhos desta comissão tiveram um largo alcance no Estado. Sua atuação junto aos trabalhadores do campo possibilitou a estruturação de um quadro de mobilização coletiva camponesa e a criação de várias associações representativas dos interesses dos trabalhadores rurais. Esse movimento de expansão teve início na região do leste maranhense, mais precisamente na cidade de Caxias, e foi ganhando força local se ampliando rapidamente à região central e oeste.

Em meados dos anos 1950, no leste maranhense, camponeses e grandes proprietários protagonizaram uma onda de conflitos que

desencadearam na criação de diversas associações de trabalhadores rurais e posterior ampliação dos movimentos camponeses por todo o território maranhense. Nesse período, precisamente na cidade de Caixas, grupos de camponeses lutavam contra a invasão de gado as lavouras (ALMEIDA, 2015). Os grandes proprietários, no período da invernada, soltavam suas reses para pastar nas áreas de plantio, destruindo lavouras de dezenas de trabalhadores rurais daquela região. Totalmente expostos e correndo risco de perder o trabalho do ano inteiro, camponeses apelaram para a prefeitura municipal caxiense que, naquela ocasião, intermediara um acordo entre camponeses e grandes proprietários estabelecendo limites entre as áreas de lavoura e de pastagem. No entanto, passaram-se 31 dias do acordo selado e os grandes proprietários nada fizeram.

Foi então que, em junho de 1955, foi fundada a Associação de Defesa dos Lavradores do 3º Distrito de Caxias. Essa agremiação teve como marco inicial a luta contra a soltura de gado pelos grandes proprietários. Em nome dos camponeses locais essa associação enviou a Câmara Municipal um ofício solicitando ações para solucionar o problema das invasões de gado. A articulação com os representantes municipais, no entanto, foi incipiente e nada foi feito no sentido de resolver o problema. Dessa maneira, os camponeses articularam “à sua maneira” vários quadros de ação com o objetivo diminuir ou cessar as invasões.

Nesse cenário, as ações de resistência dos camponeses se davam de duas maneiras. A primeira pela via jurídico-institucional através da associação, que dispunha de um advogado, como instrumento de representação judicial no encaminhamento dos casos de invasão a justiça na expectativa de que os juízes ou autoridades estaduais se pronunciassem. E a segunda por uma via mais direta de defesa e resistência contra os ataques do gado. Os camponeses desenvolviam armadilhas para neutralizar as reses que poderiam se aproximar das lavouras e produziram um sistema de vigia e espreita onde mantinham-se atentos com facões e espinhadas.

Além dos conflitos que impulsionaram o aparecimento das primeiras organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores rurais no estado do Maranhão, a Associação de Defesa dos Lavradores do 3º Distrito de Caxias teve



atuação importante, em meados dos anos 50, na luta de posseiros contra a grilagem, de foreiros contra o aumento do fôro e da renda da terra e das proibições de comercializar a produção com compradores senão aqueles determinados pelos latifundiários. As mobilizações pela posse da terra e pela livre comercialização<sup>4</sup> levou a expulsão de muitos camponeses das áreas de origem e o deslocamento de uma grande contingente de trabalhadores em direção ao oeste maranhense, ocupando primeiramente as regiões do Mearim e, posteriormente, Pindaré e Imperatriz esta última às margens do rio Tocantins (CUNHA, 1977).

Nesse mesmo período o Maranhão foi berço de um grande fluxo migratório de camponeses nordestinos que fugiam da seca e das relações de dependência no campo e se descolavam para as regiões de fronteira em busca de terra livre e boa para o plantio. Esses camponeses chegavam ao Leste maranhense pelas vias que ligam o Estado a capital do Piauí e iam ocupando as regiões de Caxias nas proximidades do rio Itapecuru. O grande fluxo migratório de trabalhadores agrícolas, na medida em que aumentava a demanda camponesa por terras, favoreceu a elevação do preço do aforamento, arrendamento e um maior poder de barganha dos donos de terra. Esse cenário acabou por intensificar os conflitos fundiários nessa região e os casos de expulsão de posseiros e foreiros. Os camponeses então foram ocupando as áreas rumo às regiões centrais (Mearim) e oeste (Pindaré) em busca de terra em que pudessem trabalhar por conta própria sem a dominância dos grandes proprietários. Mas nessas áreas já havia conflitos entre camponeses, indígenas e grileiros. Os últimos se antecipavam aos fluxos migratórios fraudando documentos de grandes hectares de terra, pois tinham forte ligação com cartórios locais.

Com rápida ocupação do território maranhense e a intensificação e ampliação dos conflitos entre camponeses e proprietários de terra se assiste um aumento significativo de associações pró reforma agrária que estimulavam os trabalhadores rurais a permanecerem nas áreas resistindo às exigências dos

---

<sup>4</sup> Proprietários de terra reivindicavam exclusividade na compra das benfeitorias produzidas pelos posseiros. Essa exigência de comercialização, do ponto de vista das relações de dominação no campo, representava uma intensificação da exploração e submissão dos camponeses aos grandes fazendeiros.

grileiros e proprietários. A intensidade desses conflitos vai abrindo caminho para que as associações se propagassem nas regiões do Mearim e Pindaré fortalecendo a mobilização camponesa no Maranhão como fator resistência que tinha o latifúndio e a grilagem como seus principais inimigos.

No final de 1956 na cidade de São Luís/MA foi realizada a Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária com participação maciça das associações de lavradores espalhadas pelo Estado. Na oportunidade foram debatidos temas, palestras foram realizadas e inúmeras questões discutidas em assembleias. Ao final da conferência algumas pautas foram colocadas como prioritárias para mobilização camponesa estadual tais como: necessidade de estabelecer um preço mínimo para o arroz, algodão e babaçu, delimitação de zonas de lavoura e criação, extensão da Legislação Trabalhista aos trabalhadores rurais, regulamentação e baixa no preço do aforamento, fundação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM e criação de novas associações.

## **2. Unificação do movimento de trabalhadores rurais e sindicalização rural na microrregião de Pindaré/MA (1960-1965)**

No ano de 1960 as discussões em torno da necessidade de se promover uma reforma na estrutura fundiária brasileira e a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo estavam no centro do debate político nacional. O presidente eleito Jânio Quadros logo no início do seu governo, em 1961, instituiu uma comissão para discutir e elaborar um projeto de alteração da estrutura fundiária do país. No entanto, como salienta Medeiros (1989) o Congresso Nacional, conhecido como reduto tradicional dos interesses vinculados a grande propriedade, se mostrava muito mais resistente à possibilidade de uma mudança radical na estrutura da propriedade da terra no país.

Nesse cenário político e social realizou-se em novembro de 1961, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Esse encontro ficou marcado pela tentativa de superação das principais divergências existentes entre a ULTAB e as ligas camponesas relativas às formas de organização e a condução das lutas no campo. O objetivo

era alcançar um programa de mobilização básico que unificasse os interesses em comum. A ULTAB com uma pauta mais “conservadora” acreditava que as conquistas parciais, com mudanças na legislação e ampliação de direitos, deveriam ser buscadas e valorizadas, ao passo que as ligas propunham uma transformação radical da estrutura fundiária no Brasil, com a desapropriação da grande propriedade e redistribuição das terras aos camponeses. Na declaração final do encontro ganha corpo e densidade as pautas ligadas as ligas camponesas, favorecendo um movimento em torno de uma transformação radical da estrutura fundiária brasileira. (MEDEIROS, 1989).

Esse foi um evento de grande importância para a continuidade das lutas no campo brasileiro. Dele participaram, além de lideranças camponesas de todo território nacional, o então presidente da república João Goulart que assumiu o cargo após renúncia de Jânio, tendo grande destaque na imprensa de todo país. Esse cenário indicava que não era mais possível tratar a questão agrária com medidas locais, sejam repressivas ou através de soluções parciais de negociação. Realizar transformações profundas na estrutura agrária se constituía como questão fundamental no desenvolvimento do país.

Com o progressivo avanço das discussões se regulamentou, no início de 1962, a sindicalização rural, velha reivindicação das organizações que atuavam no campo. A partir de então o estado brasileiro passaria a reconhecer e tutelar as organizações sindicais de trabalhadores rurais o que provocou um salto no número de sindicatos reconhecidos bem como viabilizou a abertura de organizações sindicais em lugares que não tinham uma tradição de luta em torno dos direitos dos trabalhadores do campo. Nesse mesmo ano a Igreja Católica promoveu um grande trabalho de alfabetização e educação sindical nas áreas rurais de todo o território brasileiro. Através do Movimento de Educação de Base – MEB, a igreja passa ser uma instituição impulsionadora do movimento de sindicalização rural, principalmente, nos estados de Sergipe, Maranhão e Bahia (MEDEIROS, 1989).

No Maranhão o Movimento de Educação de Base – MEB promoveu cursos e reuniões de maneira intensa. Esse trabalho estimulou a alfabetização no campo e preparou camponeses para exercerem papéis de liderança sindical em seus povoados, tendo grande repercussão nos vales do Pindaré e Itapecuru

(ALMEIDA, 2015). Vários camponeses foram treinados de forma lúdica, através de desenhos em folhas de cartolina (maneira encontrada pela igreja para superar as limitações/entraves que o analfabetismo impunha sobre as possibilidades de luta política no campo). A metodologia de treinamento político colocada em prática pelo MEB ficou conhecida pelos camponeses maranhenses como *seminário para analfabetos*, pois para participar das reuniões não havia a necessidade de dominar a leitura (CONCEIÇÃO, 1980).

No dia 18 de outubro de 1963 em assembleia geral com participação de cerca de 1.000 camponeses foi fundado o Sindicato dos Produtores Autônomos de Pindaré-Mirim tendo como primeiro e principal desafio lutar contra o *gado solto*<sup>5</sup> (CONCEIÇÃO, 1980). A atuação do sindicato se deu primeiramente pela tentativa, sem sucesso, de diálogo com as autoridades locais e estaduais no sentido de viabilizar a elaboração de uma lei que delimitasse as áreas de criação e de plantio de forma que o gado não invadisse as lavouras dos trabalhadores rurais. Sem serem atendidos em suas reivindicações os camponeses passaram a buscar formas de ação mais incisivas, como o caso da matança do gado que invadia as lavouras e destruía a produção agrícola.

As primeiras matanças de gado provocavam reação imediata dos criadores e intensas repressões por parte de jagunços e policiais que cercavam povoados, invadiam e saqueavam casas de camponeses sindicalizados, faziam ameaças, espancamentos e prendiam lideranças, como nas situações descritas por Manuel da Conceição no município de Pindaré-Mirim:

...então o que eles faziam? Entravam na casa pela porta de esteira... O pessoal dormindo. Quando eles acordavam, as armas já estavam em cima. Iam logo amarrando os braços do pessoal, um a um. Amarraram o povo todinho: mulher e tudo... Deram uma surra desgraçada no secretário do sindicato... Davam aqueles golpes de bonita no estômago dele, derrubavam o cara. Botaram ele preso na lancha e levaram preso... O Zé Vicente foi arrastado pra cadeia e logo lá mandou dizer que renunciava à presidência do sindicato. (Conceição, 1980, p. 110 e 111)

A repressão protagonizada pelas polícias e jagunços locais, resultou no enfraquecimento de alguns sindicatos, mas, ao mesmo tempo, fortaleceu o sentimento de injustiça dos camponeses que viam o trabalho de um ano inteiro

---

<sup>5</sup> Referência ao problema do gado de comerciantes e grandes proprietários que invadiam as áreas destinadas aos camponeses que destruía as lavouras e benfeitorias desses trabalhadores.

sendo perdido. Esse sentimento coletivo impulsionou, em muitas situações, a reestruturação de alguns sindicatos, reorganização de suas lideranças e a continuidade das lutas em defesa de suas benfeitorias. Os trabalhos de mobilização dos sindicatos começam então a se expandir e ganhar adesão de muitos camponeses espalhados pelos diferentes povoados. A matança de gado continuou de maneira mais intensa, provocando prejuízos aos grandes criadores. Esse cenário obrigou os fazendeiros a “sentarem a mesa” para negociar. Os camponeses, a partir de então, imobilizavam e amarravam o gado invasão (sem matá-lo quando possível) e aguardavam o fazendeiro se apresentar para indenizar os prejuízos causados pelas invasões nas lavouras dos trabalhadores (CONCEIÇÃO, 1980).

As condições políticas favoráveis à mobilização camponesa nesse período promoveu um significativo avanço do movimento de sindicalização de trabalhadores rurais no Brasil (MEDEIROS, 1989) e no Maranhão (ALMEIDA, 2015), fortalecendo o debate em torno da necessidade de se promover uma radical alteração na estrutura agrária nacional e na extensão dos direitos já previstos em legislação aos trabalhadores urbanos também aos trabalhadores rurais. Em 1963 o congresso nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4.214 de 2/3/1963), garantindo aos assalariados do campo o direito a antigas reivindicações como salário mínimo, repouso semanal renumerado, férias renumeradas, licença maternidade, indenização em caso de dispensa, estabilidade após dez anos de serviço e obrigatoriedade de registro em carteira profissional.

Em dezembro do mesmo ano fundou-se a confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas – CONTAG, agrupando todos os sindicatos de produtores autônomos do país. Neste período existiam no estado do Maranhão três sindicatos reconhecidos e quatorze em processo de reconhecimento (ALMEIDA, 2015). O peso progressivo da questão agrária no debate político no país atinge seu ponto máximo com o decreto de 13 de março de 1964, do presidente João Goulart, que previa a desapropriação das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União (MEDEIROS, 1989).

Com o golpe militar de 1964 toda essa organização em torno das mobilizações no campo foi reprimida, várias agremiações que lutavam pelos direitos dos trabalhadores rurais foram fechadas ou sofreram intervenção do governo militar brasileiro. Lideranças camponesas foram perseguidas, presas, torturadas e exiladas, bem como seus aliados e apoiadores. Com relação aos conflitos pela terra, as mobilizações de camponeses nesse período foram mais defensivas, buscando na maioria das vezes a manutenção de direitos já conquistados. Isso não quer dizer que não houve iniciativas mais robustas de mobilização no campo. O caso da tentativa de reorganização do sindicato de Pindaré-Mirim e posterior funcionamento das agremiações, conhecidas como *sindicatos paralelos*, sobre a liderança de Manuel da Conceição, após a eleição do governador José Sarney (que havia prometido em campanha eleitoral apoio as reivindicações dos camponeses no Maranhão), é exemplo da sobrevivência das mobilizações no campo que foram perdendo força com o passar do tempo<sup>6</sup>.

### **3. Modernização da produção, concentração fundiária e violência no campo: 1970 a 1985**

Entre o início do período político militar no Brasil em 1964 até o início dos anos 1970 se assistiu no país a pulverização dos movimentos sociais no campo, o enfraquecimento da atuação e representatividade dos sindicatos juntos aos camponeses, principalmente após a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural: o Funrural, que limitou as agremiações sindicais a um papel assistencialista no campo (MEDEIROS, 1989) e a progressiva expulsão de muitos posseiros das principais áreas de ocupação promovendo, com isso, um acentuado aumento da concentração da terra e da exploração do trabalho no meio rural.

Nos anos 1970 se inaugura uma política de modernização da agricultura brasileira. No entanto, sobre a incumbência do governo militar, esse processo de reforma da estrutura agrária, que ficou conhecida como uma modernização

---

<sup>6</sup> O caso do *sindicato paralelo* de Pindaré-Mirim reflete de maneira exemplar as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais no campo desse período quando teve seus trabalhos interrompidos após a prisão do líder camponês, Manuel da Conceição, pelos militares, período em que foi covarde e brutalmente torturado nos quartéis militares do estado do Rio de Janeiro, Recife e Ceará (CONCEIÇÃO, 1980).

conservadora (SILVA, 1981) não se aproximou nem um pouco das propostas advindas dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais. A nova política agrária colocada em funcionamento pelo governo militar brasileiro trouxe consigo a perspectiva de promoção aos grandes projetos agropecuários incentivados por uma política de crédito agrícola farto e barato (CARNEIRO, 2015b) para viabilizar a ocupação e exploração da Amazônia pelo grande capital. Nas áreas onde esses projetos se estabeleceram muitas das vezes havia posseiros, que há muito tempo haviam migrado de diversos estados do Nordeste e mesmo do sul do país em busca de terras devolutas. Os conflitos fundiários então se intensificam e junto a eles a violência no campo. Muitos camponeses foram expulsos de suas terras nesse período provocando um grande fluxo migratório de mão de obra barata e sem qualificação para os centros urbanos o que por sua vez promoveu a geração de empregos de má qualidade e a intensificação da exploração do trabalho.

No ano de 1970 a Contag convocou os trabalhadores rurais de todo país para participarem do II Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. O objetivo do encontro era promover uma reação sistemática ao processo de enfraquecimento do movimento sindical no Brasil construindo as condições para uma reunificação dos sindicatos através de um trabalho de formação de dirigentes com vínculos de classe e em torno das principais reivindicações e lutas por direitos no campo. Dessa maneira a mobilização camponesa enfrentaria alguns dos principais obstáculos colocados ao desenvolvimento do sindicalismo rural naquele contexto político: a intervenção estatal nas diretorias sindicais e a ameaça da burocratização e do assistencialismo nas áreas de atuação dos sindicatos.

Diante de um cenário desfavorável as mobilizações no campo passam a assumir um caráter mais prudente, uma luta que não mais desafiava o estado, mas se enquadrava nos parâmetros legais. Isso não quer dizer que as mobilizações no campo cessaram, no entanto, as formas de ação mobilizadas pelos camponeses passaram por um significativo processo de transformação. Um exemplo notório é o caso do trabalho educacional colocado em prática pela Contag nesse período (MEDEIROS, 1989). No entendimento de seus operadores era preciso fazer com que os trabalhadores reconhecessem os seus

direitos, era necessário conscientizar os camponeses para que estes pudessem ir à ação.

Além do importante trabalho da Contag na criação e reestruturação de alguns sindicatos, destaca-se nesse período os trabalhos realizados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, instituição ligada a igreja católica que foi criada no ano de 1975. Num período de intensa repressão esta instituição assume um importante papel de canal de denúncia da violência sofrida pelos camponeses no meio rural, sendo um veículo importante na formação de uma consciência nacional em relação à problemática da dominação e exploração do trabalho existente no campo. Se aproximando do movimento sindical, percebido como uma organização privilegiada de representação dos trabalhadores rurais, a CPT estimulou a criação de novos sindicatos e desenvolveu uma perspectiva crítica em relação aos sindicatos já existentes, promovendo assim, debates no interior das agremiações sindicais e estimulando o aparecimento de chapas de oposição que traziam no seu bojo propostas alternativas de encaminhamento de pautas enraizadas nas lutas dos trabalhadores rurais.

O cenário político desfavorável as mobilização de trabalhadores rurais no Brasil tem influência significativa no comportamento do movimento de ocupação de terras pelos camponeses no estado do Maranhão. Segundo demonstra Carneiro (2015b), analisando informações coletados no censo agropecuário do IBGE, a partir da metade dos anos de 1970 é possível observar um processo crescente de concentração das terras do estado nas mãos dos grandes fazendeiros. Esse crescente concentração fundiária só começa a apresentar uma relativa redução no início dos anos 1980, período em que as mobilizações no campo no Brasil ganham fôlego e se intensificam com a agregação de novos personagens.

A metade dos anos 1980 é marcada pelo processo de expansão e diversificação da mobilização camponesa no Brasil. Nesse período novas reivindicações ganham fôlego, enriquecendo o debate sobre as formas de ação dos trabalhadores rurais e estimulando a complexificação das análises sobre os movimentos sociais no campo. Na Amazônia seringueiros lutavam contra a expulsão dos seringais nativos, no nordeste camponeses atingidos pelas barragens exigiam terras férteis para continuar produzindo, no sudeste do país



camponeses integrados às agroindústrias e as cadeias produtivas de alimentos reivindicavam uma política agrária e de preços justos aos produtores familiares.

Entre os camponeses integrados as cadeias produtivas de alimentos observa-se grande capacidade de mobilização na promoção de assembleias e atos públicos, bloqueios de estradas e boicotes na entrega de produtos. Um exemplo desse tipo de mobilização foi o movimento dos produtores de leite do Rio Grande do Sul (GRZYBOWSKI, 1987) experiência pela qual alguns camponeses, com apoio dos sindicatos locais, lutaram contra a política de preços das agroindústrias, realizando assembleias e boicotando a entrega do leite. Muitas dessas experiências ganharam contornos midiáticos (MEDEIROS, 1989) tendo grande repercussão na imprensa local, o que contribuiu para deslocar as lutas camponesas para uma nova arena, onde a produção da imagem do movimento através dos veículos de comunicação, assim como observado por Lynch (2013) nas experiências de camponeses na França, se configura como etapa fundamental.

#### **4. O lançamento do Plano de Reforma Agrária e a emergência dos PA's - Projetos de Assentamento: *constituição de um campesinato autônomo e integrado?***

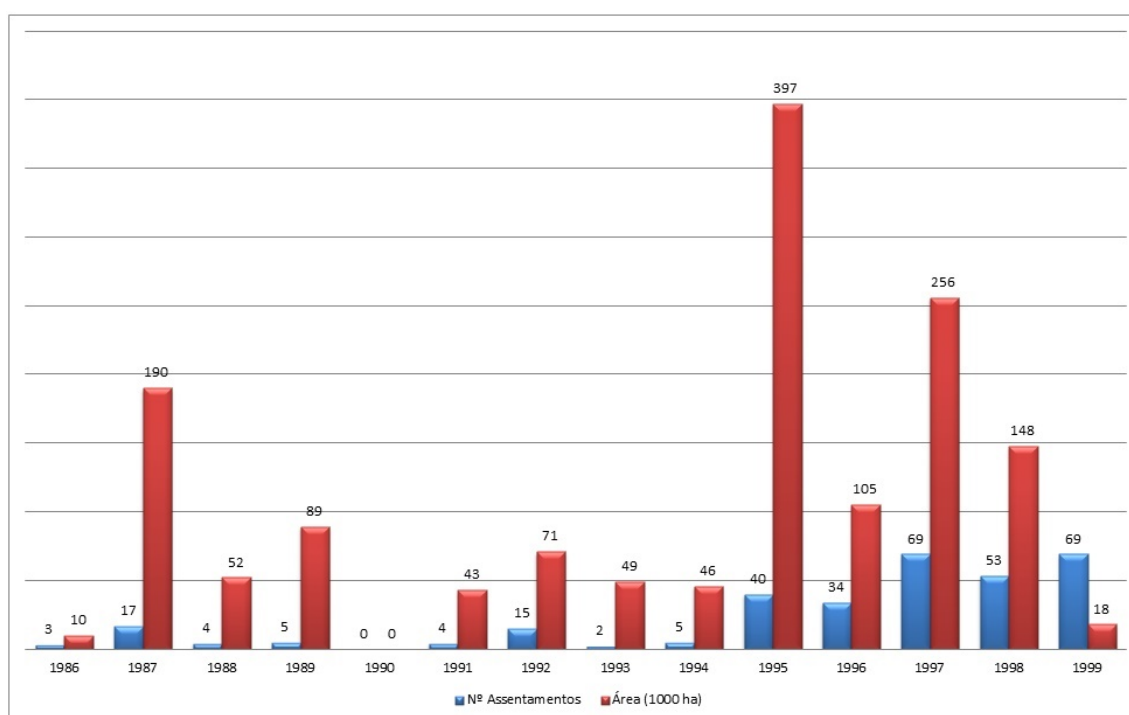
Vimos nos tópicos anteriores que a trajetória da mobilização camponesa no Maranhão é marcada pelo conflito entre a grande propriedade e a pequena produção. Este período demarca um cenário de ampla concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, violência no campo e subordinação camponesa. Muitos desses camponeses, depois de conflitos com grandes fazendeiros e com a estrutura política fundiária maranhense, se “viram” numa situação de terem suas terras tomadas por processos, muitas vezes violentos, de desocupação e desapropriação de terras.

No entanto, a partir dos anos 1980, com a consolidação de uma política de reforma agrária e criação em 1985 do I Plano Nacional de Reforma Agrária, a luta pela terra no estado sofre profundas mudanças. Estes foram anos marcados por um intenso movimento de trabalhadores rurais na ocupação de terras em todo estado do Maranhão e pela criação de um número expressivo de projetos de assentamento (CARNEIRO, 2013). Ainda segundo Carneiro (2013),

a mobilização camponesa para ocupação de terras e a criação de assentamentos rurais continuaram se fortalecendo nos anos 1990, atingindo assim, todas as regiões do estado.

A partir dos dados apresentados no gráfico 01, podemos observar que a criação de assentamentos de reforma agrária que se inicia no ano de 1986 sofre uma queda significativa no final da década de 80, tomando novo folego no início da década de 90. Os períodos mais expressivos correspondem à soma dos extratos de 1997, 1998 e 1999 quando no Maranhão foram registrados 161 novos assentamentos.

**Gráfico 01: Número de assentamentos de reforma agrária criados no Maranhão entre as décadas de 1980 e 1990.**



Fonte: MATTOS JUNIOR, 2007.

O gráfico acima demonstra também que o número de assentamentos criados não corresponde ao tamanho das áreas ocupadas, pois na maioria dos casos as famílias já haviam se estabelecido no território o que dá a ação de desapropriação pelo INCRA um caráter de regularização fundiária. Ao mesmo

tempo, isso não quer dizer que as desapropriações foram pacíficas e sem conflitos.

Esse significativo número de assentamentos de reforma agrária criados nesse período, viabiliza a estruturação de uma mobilização em torno da valorização da agricultura familiar e sua integração econômica nos mercados agroalimentares. Destaca-se nesse cenário a mobilização em torno da necessidade de se reconhecer a produção agrícola camponesa como um importante agente na garantia da segurança alimentar, valorizando a qualidade dos alimentos produzidos no campo (ALLAIRE, 2013) dos mercados locais (VAN DER PLOEG, 2016) e a confiança nas trocas e redes de comercialização direta (GRANOVETTER, 2009).

Esse contexto faz brotar no campo um conjunto de lutas de trabalhadores rurais diferentes no conteúdo e nas formas das lutas pela terra. São mobilizações cuja mola propulsora não é o perigo de perder a garantia da posse ou a obrigação de pagar renda da terra, nem mesmo a possibilidade de ser explorado quando os dominantes imputam comercialização exclusiva, impondo preços considerados abusivos aos trabalhadores rurais. Tais lutas têm como alvo imediato de ação os preços e a política agrícola e tem como atores principais uma fração de camponeses que se “modernizaram” e se integraram as cadeias produtivas de alimentos reguladas pelo impulso da industrialização e a internacionalização da economia (WILKINSON, 2008).

No estado do Maranhão é possível identificar essas novas formas de mobilização a partir da observação de estudos sobre agricultores familiares integrados a as agroindústrias produtoras de leite na microrregião de Imperatriz/MA. Tais trabalhos chamam a atenção para a necessidade se analisar a integração e camponeses nas cadeias de produção agroalimentar (CARNEIRO, 2015a) e suas repercussões para organização econômica dos camponeses maranhenses, no caso da produção leiteira familiar (CARNEIRO, 2016) e do reconhecimento de formas de produção artesanal no campo, no caso pequenos produtores que fabricam queijo caseiro e não possuem os selos de qualidade que permitem sua livre comercialização no Estado (LIMA NETO, 2017).

No entanto é importante salientar que a retomada do agronegócio em 1995 também impõe aos movimentos em torno da luta pela terra no campo maranhense, antigos problemas e novos desafios, pois significou o fomento a expansão da grande propriedade sojícola, do plantio de eucalipto destinado à produção siderúrgica (incentivados principalmente pelo governo federal através de incentivos fiscais e redução dos impostos incidentes sobre a exportação) o que levou, ao mesmo tempo, a um aquecimento no mercado de terras e a retomada de processos de expropriação camponesa no estado (CARNEIRO, 2013).

De acordo com Mesquita, Sá Silva, Paula (2009), a expansão da sojicultura no Maranhão cresceu mais de 20 vezes entre os anos 1990/2005 ocupando áreas tradicionais da agricultura familiar nas regiões centro e oeste do estado. Essas ocupações são, em sua maioria, protagonizadas por grandes proprietários com mais de 05 mil hectares de terras, o que implica no processo de exclusão de agricultores camponeses na região.

Nessa nova estruturação, o Maranhão aparece como plataforma de exportação<sup>7</sup> (CARNEIRO, 2013) no mercado internacional e os camponeses e agricultores familiares como agentes fundamentais dessa cadeia. Esse novo cenário é marcado também pelo reaparecimento da grilagem e violência no campo<sup>8</sup> e possibilita a expansão dos mercados de *commodities* agrícolas e da pecuária baseadas na divisão internacional do trabalho, o que coloca aos trabalhadores rurais a necessidade de retomar as frentes de resistência e luta pela terra.

## CONCLUSÕES

Tomando como base os conflitos e as mobilizações de camponeses no estado do Maranhão nos últimos anos, podemos dizer que o desenvolvimento recente das ações coletivas no campo apresentam três características principais. A referência inicial foram às décadas de 1950 e 1960,

---

<sup>7</sup> Destaca-se o papel da economia chinesa para constituição deste cenário.

<sup>8</sup> Esse novo contexto provoca uma sensação de insegurança mesmo nas situações em que os camponeses pareciam ter conquistado o direito de propriedade à terra, ao mesmo tempo em que coloca para outros camponeses (inseridos numa estrutura fundiária concentrada) a necessidade de pagamento da renda da terra.

momento em que muitos camponeses maranhenses se mobilizavam em busca da garantia de manter-se em suas terras, do direito da livre comercialização de sua produção e na luta contra a invasão de gado as suas lavouras. Nesse período histórico as associações e sindicatos de trabalhadores rurais foram fundamentais para a produção de uma gramática de luta e no encorajamento de vários camponeses em permanecer lutando mesmo em áreas com alto grau de conflito. A violência promovida tanto por jagunços como pela política deram a tônica dos conflitos observados nesse contexto.

O segundo momento foi o período compreendido entre os anos 1970 e início dos anos 1980. Nesse momento a mobilização de trabalhadores rurais torna-se menos incisiva, os sindicatos perdem muita força política e os instrumentos estatais de regulação tornam-se mais violentos. Junto a isso é posto em prática pelo governo federal um plano de modernização da agricultura que fomentou a concentração de terras e a expulsão de muitos posseiros, intensificando os conflitos e promovendo a exploração e o aumento da violência no campo.

A partir dos anos 1985 esse cenário se modifica após o lançamento do plano de reforma agrária no Brasil que pretendia fazer uma reforma na estrutura agrária do país. Esse período é marcado pela expansão das ocupações e aumento significativo no número de assentamentos de reforma-agrária criados e reconhecidos. No Maranhão essa política possibilitou a emancipação e promoveu a autonomia de muitos produtores rurais que a partir de então tinha a posse da terra assegurada pelo estado brasileiro. Esse cenário promoveu também algumas mudanças importantes na gramática de luta dos camponeses no Maranhão, que a partir desse momento, se viram na necessidade de elaborar novas formas de mobilização que desse conta dos desafios impostos pela sua inserção nas cadeias de produção e sua integração as agroindústrias produtoras de alimentos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALLAIRE, Giles. A contribuição da sociologia econômica para compreender o significado da “qualidade” nos mercados alimentares. IN: NIEDERLE, Paulo. **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares.** Porto Alegre: EDUFRGS, 2013.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- BURAWOY, Michael. **Marxismo sociológico**. São Paulo: Ed. Alameda, 2014.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder: conflitos e luta sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo, Annablume, 2013.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA. **Revista Sinais Sociais**, v. 10, n. 29, p. 129-149. Rio de Janeiro, 2015a.
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Conflitos e lutas sociais no campo maranhense: análise de suas principais tendências e perspectivas futuras. In: ANTÔNIO, E. A.; NERIS, C. S. C.; BARROSO JR, R. S.; BARBOSA, V. O.; SALES, T. S.; NERIS, W. S. (Org.) **Histórias do Maranhão em tempos de república**. São Luís, Edufma; Jundiá, Paco Editorial, 2015b.
- CARNEIRO, Jonatha F. **A inserção do campesinato na produção de leite na microrregião de Imperatriz/MA: exercício de autonomia ou subordinação à indústria de laticínios?** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.
- CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa terra é nossa: depoimento sobre a vida e as lutas de camponeses no estado do Maranhão**. Entrevista e edição de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CUNHA, Terezinha Helena de Alencar. **Terra da promessa: Luta pela subsistência de um povoado na frente de expansão do sudoeste do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional UFRJ, Rio de Janeiro, 1977.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, A. C. B. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: Edufscar, 2009.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LIMA NETO, Evaristo José de. **A implantação de normas sanitárias e a disputa entre diferentes convenções de qualidade no mercado de leite na microrregião de Imperatriz-MA**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- LYNCH, Edouard. Détruire pour exister: les grèves du lait em France (1964, 1972 et 2009). **Politix**, n. 103, p. 99-124, 2013.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MATTOS JUNIOR, J. S. Resistências e Rupturas: as experiências do Assentamento Entroncamento - Itapecuru MA. In: **III Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, desenvolvimento e transformações Sócio-espaciais**, v. 1. Porto Alegre, 2007.
- MESQUITA, Benjamin Alvino de; SÁ SILVA, José de Ribamar; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Fatores propulsores da expansão recente da**

**agricultura capitalista no Maranhão.** VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 2009.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis: Vozes, 2009.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C et. al (orgs) **Construção de mercados e agricultura familiar.** Porto Alegre: EDUFRGS, 2016.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.